

DESAFIOS AOS TÉCNICOS ⁽¹⁾

Cleber Bueno Guerra ⁽²⁾

A Revista “Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável”, editada pela EMATER/RS, de leitura obrigatória pelo seu alto nível técnico, na edição de Jul/Set/2001, brindou-nos com excelente artigo do Agrônomo Reni A. Denardi: “Agricultura familiar e políticas públicas”, trazendo ricos elementos para reflexão dos profissionais das Ciências Agrárias, sobretudo no contexto da globalização dos mercados e do dilema entre os paradigmas: agroquímico

e agroecológico. Ressalta a insegurança de certos técnicos de campo, geralmente, formados na lógica da “Revolução Verde”, diante de modelos mais sustentáveis, com duas agravantes relacionadas à Extensão Rural: envelhecimento da estrutura e incertezas quanto ao futuro dos serviços públicos, por certo, “não mais exclusivos e não necessariamente estatais”.

Destaca que, no Brasil, só 2 políticas têm alcance social junto à agricultura: Previdência Social Rural, com as aposentadorias/pensões e o PRONAF, este último, vivendo sério conflito interno no Governo Federal, com o MDA/SAF tratando-o como política de desenvolvimento rural e os Ministérios da Fazenda e Agricultura tratando-o como política compensatória. Isto ajuda explicar a atual prioridade dada, pelas autoridades monetárias, ao crédito de custeio e não ao crédito para investimentos. Afirma também ser mais difícil “mudar a cabeça dos técnicos” do que reestruturar o Sistema de Crédito, através das Agências Locais de Microcrédito, visto não ser possível garantir o comprometimento dos técnicos com o modelo agroecológico, de base familiar, apenas com determinação institucional ou política. Destaca ainda a tendência do mercado demandar profissionais mais preparados em relações humanas, liderança e criatividade; mais articulados nas cadeias produtivas, participando da construção de relações comerciais mais justas e solidárias; conhecedores das dinâmicas sociais dos agricultores e que valorizem a educação para a cidadania, o planejamento participativo e gestão social dos recursos públicos, etc.

Ao final da leitura ora sugerida, cresce nossa convicção de que a promoção do desenvolvimento rural sustentável exige a inclusão dos agricultores familiares nas políticas públicas, especialmente em capacitação, numa época em que o conhecimento é elemento estratégico, valorizando, ainda mais, o papel da Pesquisa, Extensão Rural, Universidades e Escolas Rurais diferenciadas. Somente após incorporarmos os pressupostos básicos da sustentabilidade da agricultura familiar, nós, técnicos das Ciências Agrárias, poderemos contribuir mais na consolidação de uma agricultura ecologicamente correta, preservando os recursos naturais; economicamente viável, gerando emprego e renda; socialmente justa, distribuindo melhor os recursos e benefícios; culturalmente valorizada e politicamente mais sustentável.

⁽¹⁾ Publicado em A Gazeta, Vitória/ES, 05/02/2002.

⁽²⁾ Eng. Agrônomo do Incaper.